



ANÁLISE DO PAPEL SEMÂNTICO DO SUJEITO ATUANDO EM DIFERENTES TEXTOS

ANALYSIS OF THE SEMANTIC ROLE OF THE SUBJECT ACTING IN DIFFERENT TEXTS

Simone Conti de Oliveira¹
Gabriela Severo do Amaral²

RESUMO: Os PCNEM (1999, p.141) orientam que “a língua deve estar situada no emaranhado das relações humanas, nas quais o aluno está mergulhado. Não há língua divorciada do contexto social vivido.”. Nesse sentido, o presente trabalho visa a analisar o papel do sujeito atuando em textos que circulam em nosso cotidiano, sob uma perspectiva da língua em uso. Sustentamos nossa proposta com base nas seguintes questões: Para que ensinar português a alunos que já falam essa língua? Como desenvolver essa prática de modo que seja um ensino produtivo? Também, como avaliar o processo dessa aprendizagem? Com tal intuito, nosso artigo baseia-se em estudos realizados por Marcuschi (2007), Perini (2002), Antunes (2003), Travaglia (2003) e Koch (2006). Desenvolvemos, nessa perspectiva, um estudo da função desempenhada pelo sujeito a partir de textos trabalhados em aula, através de diferentes gêneros textuais, empregando uma abordagem sociointeracionista.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; língua materna; texto; sujeito; sentido.

ABSTRACT: The PCNEM (National Curricular Parameters of High School) (1999, p. 141), guide that “the language must be within the human relations, in which the student is inserted. There is no language divorced from the lived social context”. In this sense, the present paper aims at analyzing the role of the subject in the students’ daily routine, through texts in the native language, seen as language in use. We sustain our proposition based on the following questions: Why teaching Portuguese to students that already speak this language? How do we develop it so that it becomes productive teaching? Also, how do we evaluate the process of this learning? With this purpose, our article is based in studies realized by Marcuschi (2007), Perini (2002), Antunes (2003), Travaglia (2003), Koch (2006). We will develop, then, a study of the function developed by the subject, from texts worked in class, through different textual genres, using a sociointeractionist approach.

KEYWORDS: Teaching; native language; text; subject; meaning

Apresentação da proposta

Este trabalho foi organizado em etapas estabelecidas conforme seu desenvolvimento: primeiro há a introdução, que direciona o assunto a ser abordado; em seguida a metodologia, a

¹ Simone Conti de Oliveira; simone_honey@hotmail.com Especializanda em Literatura Comparada - UFPEL

² Gabriela Severo do Amaral; gabiseama@hotmail.com Especializanda em Linguística Aplicada - UFPEL



qual abrange o objeto de estudo; seguida de questões sobre *o por quê* de ensinar português a alunos que já falam essa língua e a avaliação da aprendizagem no processo de ensino da língua. Esclarecida a proposta e a forma de trabalho pretendidas, passamos à fundamentação teórica, que nos deu subsídios para desenvolver este artigo. Visando a aplicação da teoria, há na sequência uma atividade prática, ou seja, o sujeito em ação, e enfim o fechamento do trabalho seguido das referências bibliográficas.

1. Introdução

Considerando que o ensino eficiente seja o da língua em uso, o qual ainda não foi suficientemente desvendado, nosso trabalho procura apresentar tentativas que possam desenvolver o ensino de língua a partir da perspectiva teórica sociointeracionista. Por questões didáticas, ao refletir sobre o ensino de língua na escola, centramos nosso estudo em temas gramaticais. Sendo assim, considerando a complexidade que envolve esse assunto, optamos por analisar o papel semântico do sujeito atuando em diversos textos, os quais são vistos não como pretextos para investigar questões gramaticais, mas como um lugar onde o sentido se constitui (KOCH, 2006).

Conscientes de que o ensino de língua na escola é parte de um processo social, defendemos que essa prática docente, deva viabilizar a aprendizagem do uso da língua materna nos diferentes eventos a que o aluno será exposto, ao longo de sua vida. Sustentamos nossa proposta sobre a atuação do sujeito no sentido produzido no e pelo texto com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), quando esse documento oficial defende que o ensino fundamental necessita estimular no educando curiosidade, raciocínio e a capacidade de interpretar e interagir no mundo que o cerca.

Esse enfoque mostra que o ensino exclusivo da Gramática Normativa, assim como vem ocorrendo nas escolas hoje, não consegue dar conta das necessidades dos alunos, isto é, do domínio da leitura e da escrita, oferecendo um ensino meramente mecânico. Outro aspecto a ser mencionado é o uso frequente do livro didático (material que atende a milhares de instituições de ensino no país, elaborado em regiões distintas, com diferentes culturas) que, muitas vezes, acaba por desconsiderar a heterogeneidade dos estudantes. Diante disso, pensamos que a língua deve



ser vista como lugar de interação, no qual o sujeito (dêitico) só se preenche semanticamente nos contextos, na medida em que se dá a interação entre os atores sociais, e que sujeito e texto constituem, segundo Koch (2006, p.17), “uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos”.

2. Metodologia

O presente artigo tem como base teórica a perspectiva sociointeracionista de Vygotsky (1998), pois também entendemos ser a relação entre grupo social e indivíduo um fator determinante no desenvolvimento do ser. Sob essa ótica, buscamos estimular o processo de integração, criação e desenvolvimento das habilidades comunicativas do nosso aluno, tanto escrevendo quanto falando.

Diante do exposto, vemos o papel do professor como um mediador da aprendizagem, ou seja, elo fundamental entre o conhecimento e o sentido a ser construído. Vale lembrar que, nesse processo, é preciso considerar a bagagem cultural que fora adquirida pelo aluno durante sua convivência social no decorrer de sua existência. A função do docente consiste em auxiliar o estudante para que este construa novos conhecimentos. Para tanto, deverá oportunizar atividades que desenvolvam habilidades estimuladoras da leitura e da escrita, competências que boa parte dos alunos ainda não domina, e também auxiliá-los na solução de problemas que estão fora de seu alcance, criando estratégias para que, aos poucos, sejam capazes de resolvê-los de modo crítico e autônomo.

A presente proposta está voltada ao ensino fundamental, ao sétimo ano. Todo o processo se realizará através de textos (envolvendo variados gêneros textuais). Assim, o aluno terá de identificar qual a função do sujeito em um texto, as formas como este pode aparecer, e a que conclusão chegará depois de fazer tais análises. As regras gramaticais sobre o sujeito não são vistas como prontas, mas, em conjunto, deverão ser construídas. Claro que não será desconsiderado o que a gramática normativa diz sobre o assunto, já que a pesquisa também faz parte da aprendizagem e diferentes autores serão analisados e comparados. Todas essas informações complementarão o que o aluno já conhece sobre sujeito e sua atuação semântica em diferentes contextos.



2.1. Objetivo deste estudo

Acreditando que constantemente produzimos textos durante a interação entre sujeitos o meio social, vemos que a língua atende as necessidades que apresentamos durante o ato de comunicação. Ao fazê-lo temos um locutor e um interlocutor, existe um objetivo palpável. A partir disso, entendemos que o ensino descontextualizado, com frases soltas, sem sentido, não atinge o objetivo legítimo, que, a nosso ver e de muitos estudiosos da linguagem, é o da língua em uso, atuando no círculo social.

Nessa perspectiva, baseamos nosso trabalho em estudos voltados ao ensino da língua viva, deixando para trás o ensino amorfo, pois esse apresenta problemas significativos. Durante anos, a escola vem trabalhando a língua com base em muitas regras e exceções, no entanto, o aluno conclui seus estudos sem dominá-las na prática da língua. Tal situação nos faz questionar sobre a importância do ensino de português e quais seriam atualmente as prioridades dessa prática pedagógica.

2.1.1 Para que ensinar português a alunos que já falam essa língua?

A educação construída no meio escolar é um processo social de função política com extensão séria e decisiva para o crescimento global das pessoas e da sociedade. Tornou-se intolerável a situação de um ensino que apenas alfabetiza (quando o faz!), incapaz de formar leitores e/ou indivíduos competentes na maneira de se expressar por escrito, que sejam coerentes, objetivos e determinados em suas produções. Como professoras de língua, pretendemos proporcionar situações autênticas para que o aluno possa desenvolver suas capacidades comunicativas de fala e escrita, para que aprenda a posicionar-se diante da realidade que o cerca de forma crítica, por meio de textos que circulem socialmente, garantido assim sua emancipação e inclusão social.



Por entender que conhecemos as estruturas gramaticais intuitivamente e implicitamente, ao ponto de sermos capaz de nos expressar, indagamos sobre o objetivo efetivo do ensino de língua, enfim, para que fazê-lo? Primeiro, é preciso entender que as regras gramaticais são normas, orientações de como usar as unidades da língua e como combiná-las, relacioná-las para que produzam determinados efeitos de sentido, em enunciados adequados, contextualmente interpretáveis e apropriados aos fins propostos.

2.1.2 Como desenvolver o ensino da língua de modo que seja um processo produtivo?

Nossa proposta de análise da função semântica exercida pelo sujeito em diferentes textos, busca oportunizar ao aluno contato com diversos gêneros textuais que circulam em seu cotidiano (como, por exemplo, artigos de opinião, editorial, crônicas, bulas, receitas, propagandas, etc.), tendo o cuidado de não escolarizá-los no sentido de abordar apenas elementos textuais e gramaticais, mas de investigar também o significado que produzem e, principalmente, a maneira como este é construído.

A partir disso, a abordagem do sujeito deve distanciar-se da simples nomenclatura e aproximar-se da função que esse elemento possui ao atuar em enunciados de forma inteligível ao aluno. Pois, se pararmos para analisar alguns aspectos, nos depararemos com situações irreais os conceitos nem sempre se encaixam ao uso. Por outro lado, desconsiderar somente a norma culta também não é o ideal. O que se pretende é que o aluno a conheça, porém questione e construa seu conhecimento, tendo em mente as várias outras modalidades existentes além dessa, ou seja, mostrar-lhe a regra, mas ensinar-lhe que esta não é a única forma de expressão, embora seja a mais valorizada socialmente. Mostrar diferentes abordagens do mesmo dizer ajuda a esclarecer a questão. Vale lembrar que não acreditamos em verdades absolutas, mas em constantes transformações que a língua sofre. Vejamos o que diz Perini (2002) em relação a algumas incoerências manifestadas pela perspectiva normativa:

Aqui vou dar só um exemplo, que deve ser suficiente para deixar o leitor com a pulga atrás da orelha. [...]
Encontramos em uma das gramáticas portuguesas mais conhecidas, a de Celso Cunha e Lindley Cintra, a seguinte definição de sujeito: Sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração. (p.119)



Muito bem, isso nos diz com clareza o que é um sujeito, Mas a própria gramática não respeita a definição. Em outras passagens, os autores chamam “sujeito” outra coisa, que não é aquilo que foi definido com esse nome. Assim, na página 125, dizem:

Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Dizemos, então, que o sujeito é indeterminado. (PERINI, 2002, p.52-54).

O aluno, ao tentar entender tudo isso, acaba sofrendo diante a dúvidas e inquietações, pois, como já dissemos, as verdades não são absolutas, o que também se estende ao ensino de língua, principalmente no que tange às questões gramaticais. No exemplo a seguir, constatamos que é preciso estar atento às circunstâncias contraditórias que se formam, afinal, nem sempre se fará uma declaração sobre o sujeito, como afirma a Gramática Normativa (GN). Ao investigar: “quem disse isso?” – o pronome *quem* funciona como sujeito, mas não existe declaração alguma, há uma pergunta. Então, segundo a definição dada pela GN, não deveria haver sujeito. Logo, demonstrar ao aluno tais problemas se faz necessário para esclarecer que só reconheceremos o sujeito em um texto quando ele estiver atuando no contexto em que está envolvido e, sua classificação também se dará a partir disso. Assim, não basta identificar e classificar, antes de tudo é preciso questionar e construir uma ideia fundamentada em situações autênticas, de uso.

2.1.3 A avaliação da aprendizagem no processo de ensino de língua

Entendemos o processo de avaliação como um ato contínuo que acompanha todo o percurso de ensino e de aprendizagem, não podendo, por isso, ocorrer em um dado momento ou através de um único instrumento. Tendo em vista a construção do conhecimento, defendemos a necessidade de inovar e ampliar o processo avaliativo. O objetivo do novo enfoque é que o aluno saiba reconhecer e adequar as atuações do sujeito em seus diferentes usos, seja na escrita, na oralidade ou na interpretação textual. Assim, durante sua caminhada, o aluno irá demonstrar os conhecimentos adquiridos. A avaliação deve ocorrer em todas as atividades realizadas pelo aluno, na medida em que interage com seus colegas e com o professor no contexto trabalhado. Quanto à prova, esta pode ser um dos vários instrumentos empregados, quer dizer, ser uma parte desse processo, sempre valorizando a experiência do aluno e o crescimento obtido.



Conforme Antunes (2003, p.160), “a necessidade da avaliação, em função mesmo de sua finalidade, deve acontecer em cada dia do período letivo, pois a aprendizagem, também, está acontecendo todo dia.” Nossa proposta visa fazer da avaliação um ato de instrução, e não simplificado a julgamentos, medições com aprovação ou reprovação. Sob esse enfoque, não encaramos a avaliação como uma prática de “caça aos erros” cometidos pelo aluno, mas uma atividade que busca trabalhar com as noções de adequado/inadequado.

3. Fundamentação teórica

O professor preocupado em desenvolver em seu aluno a capacidade do uso adequado da língua no meio social, principalmente da norma culta, precisa disponibilizar situações efetivas de interação verbal, tanto lendo como escrevendo. O processo de leitura consiste, nesse contexto, em uma estratégia que abrange diversos campos a serem explorados. De modo particular, visamos à construção de uma ideia de sujeito na qual o aluno demonstre habilidade para interagir com o texto, compreendendo não só o que o autor quis dizer, mas refletindo sobre o que foi dito, construindo sentido a partir da temática abordada. Cabe ao educador instigar seu aluno a fazer descobertas, questionar, formular hipóteses, verificar a adequação ou não dessas conjecturas; dialogar sobre o que é lido e sobre as conclusões a que se pode chegar, e não fazer meras repetições (reproduções).

Com a pretensão de despertar no aluno o domínio do uso de sua língua, almejamos um ensino produtivo, que leve à aquisição de novas habilidades linguísticas, cognitivas, pragmáticas e discursivas. Conforme Travaglia,

O domínio da língua exige alguma forma de reflexão; propõe-se que o ensino de gramática seja basicamente voltado para gramática de uso e para uma gramática reflexiva, com o auxílio de um pouco de gramática normativa, mas tendo sempre em mente a questão da interação numa situação específica de comunicação e ainda o que faz da seqüência lingüística um texto que é exatamente a possibilidade de estabelecer um efeito de sentido, uma unidade de sentido para o texto como um todo. (TRAVAGLIA, 2003, p. 108)

O falante, ao fazer uso de sua língua, pretende comunicar e para isso precisa organizar adequadamente seu discurso, de acordo com o contexto em que está inserido para que haja interação verbal. Segundo Koch (2006), o sujeito atua sobre o material linguístico disponível,



operando opções significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. O indivíduo, ao se envolver em situações de interação, fará a reflexão (automaticamente) sobre a língua, pois precisará corresponder suas palavras às do outro para que ocorra a comunicação plena desejada.

Tendo em vista essa concepção, podemos perceber a necessidade da aproximação da gramática normativa ao contexto do falante no ensino da língua. Para tanto, é fundamental descartar o ensino de frases soltas, pois o que se almeja é a construção de aprendizagem com formulações de ideias e busca por respostas. A ferramenta de análise é o texto que, como unidade de sentido e comunicação, possibilita o estudo de uma linguagem de uso efetivo, no qual se estabelecem locutor e interlocutor.

O texto pode se manifestar de diferentes formas seja na escrita, na oralidade, por meio de uma imagem ou através de símbolos, mas independentemente da materialidade, não perde nunca seu caráter de comunicar. Ao mencionar o texto, é inevitável falar em gêneros textuais, os quais surgem a partir da necessidade dos usuários da língua em se expressar em diversas situações sociais, com variadas intenções. De acordo com Marcuschi (2007), os gêneros são elementos maleáveis e dinâmicos, e surgem adequados às necessidades do contexto sociocultural, como em inovações tecnológicas, etc.

Engajadas na ideia do trabalho a partir do texto, trazemos à tona alguns conceitos de sujeito. Para Luft (1991, p. 147),

O sujeito- “ser de quem se diz alguma coisa” (*O homem* chegou. *O povo* elegeu-o deputado. *Pedro e Paulo* são irmãos)- tem por núcleo um substantivo (nome ou pronome) ou palavra substantiva, ou é uma oração (subordinada substantiva subjetiva).

Nesse contexto, o autor ainda mostra as maneiras como o sujeito pode ser classificado: simples, composto, indeterminado, inexistente. É importante lembrar que sujeito e predicado são denominados como termos essenciais da oração, isto é, são os elementos funcionais da oração, constituintes participativos de sua estrutura.

Embora a gramática normativa nos demonstre exemplos descontextualizados, é possível e necessário atrelar tais conceitos a situações reais de uso, em textos jornalísticos, publicitários, literários, etc. Nesse caso, se estará buscando um ensino de língua efetivamente em uso. Luft (1985) explica que língua e a gramática devem representar muito mais do que simples decorebas com raros textos e pouca compreensão. Tal método não tem surtido bons resultados, além de



criar certa aversão dos alunos à disciplina. O que se tem verificado em vários anos, por intermédio de exercícios autônomos e descontextualizados, puramente gramaticais, é que estes não têm sido significativos aos estudantes, pois acabam saindo da escola sem dominar o uso das regras que, repetidamente, viram no decorrer de sua vida escolar.

A partir de tais constatações, nossa proposta de estudo propõe um ensino contextualizado para analisar o papel do sujeito nos textos, pois um texto não é apenas a soma ou a sequência de frases independentes, é mais do que isso. Pensando em uma estrutura onde há unidade de sentido, buscamos analisar o sujeito dentro do texto e, ao encontrá-lo atuando, é possível perceber que durante a tessitura do texto, o sujeito pode sofrer mudanças de estado, já que há uma continuidade harmônica que se estabelece conforme a intenção que o locutor pretende comunicar ao interlocutor. Geralmente, tais mudanças e adequações ocorrem pela necessidade da coesão, o que podemos observar no seguinte exemplo:

Dona de uma luminosidade fantástica em seus 240 quilômetros quadrados, a ilha de Itaparica elegeu a liberdade como padrão e fez da aventura uma experiência que não tem hora para começar. *Ali* tudo flui espontaneamente, desde que o sol nasce anunciando mais um dia, até a noite chegar, com o luar refletindo no mar e as luzes de salvador como pano de fundo.(...) (Kátia Simões, shopping News, caderno de turismo, p. 10, 12/03/89).

No trecho acima, a expressão “a ilha de Itaparica” é o sujeito, sendo que pode ser remetido para trás ou para frente, por meio da anáfora ou catáfora durante o desenvolvimento do texto, através de elementos coesivos. Conforme Blanche- Benveniste (1984), isso significa que o referente se constrói no desenrolar do texto, podendo modificar a cada nova ocorrência do nome, o referente se (re) constrói textualmente. Baseadas em um ensino voltado para o texto, achamos importante mencionar que os elementos de coesão dão conta da estruturação de sequência do texto, não se tratando apenas de elementos sintáticos. Além disso, os elementos de coesão são uma espécie de semântica da sintaxe textual, estabelecendo relações de sentido entre os componentes linguísticos. Não basta dizer que o sujeito é o agente dos verbos sem organizar e estruturar essa ideia, pois podem surgir algumas restrições para tal afirmação, conforme os exemplos que seguem:

Ontem Pedro abriu a porta com a chave.



Ontem a chave abriu a porta.

**Ontem Pedro e a chave abriram a porta.*

A última construção é inviável, logo, conforme Fillmore (1968) é preciso rever alguns conceitos. Este autor, em sua Gramática de Casos, não utiliza o termo sujeito, mas ator ou agente, em que o participante, em geral animado e capaz de iniciativa, é quem desencadeia o processo. Por isso a necessidade de haver questionamentos e envolver o estudo em buscas de hipóteses e constatações de uso real na escrita, nada mais efetivo que um ensino que tenha como ferramenta principal o texto, o qual propicia um estudo concreto do uso da língua.

4. O sujeito em ação: uma atividade prática

A título de exemplo, elaboramos uma atividade que possa colocar em prática a ideia da análise do papel semântico do sujeito agindo em um texto. Julgamos oportuno trabalhar o texto “Urubus e Sabiás”, de Rubem Alves, pois ele possibilita abordar a questão do sujeito através da estrutura que há no texto.

Urubus e sabiás

Rubem Alves (1984)

"Tudo aconteceu numa terra distante, no tempo em que os bichos falavam... Os urubus, aves por natureza beçadas, mas sem grandes dotes para o canto, decidiram que, mesmo contra a natureza eles haveriam de se tornar grandes cantores. E para isto fundaram escolas e importaram professores, gargarejaram dó-ré-mi-fá, mandaram imprimir diplomas, e fizeram competições entre si, para ver quais deles seriam os mais importantes e teriam a permissão para mandar nos outros.

Foi assim que eles organizaram concursos e se deram nomes pomposos, e o sonho de cada urubuzinho, instrutor em início de carreira, era se tornar um respeitável urubu titular, a quem todos chamam de Vossa Excelência. Tudo ia muito bem até que a doce tranqüilidade da hierarquia dos urubus foi estremecida. A floresta foi invadida por bandos de pintassilgos tagarelas, que brincavam com os canários e faziam serenatas para os sabiás... Os velhos urubus entortaram o bico, o rancor encrespou a testa e eles convocaram pintassilgos, sabiás e canários para um



inquirido.

— *Onde estão os documentos dos seus concursos? E as pobres aves se olharam perplexas, porque nunca haviam imaginado que tais coisas houvessem. Não haviam passado por escolas de canto, porque o canto nascera com elas. E nunca apresentaram um diploma para provar que sabiam cantar, mas cantavam simplesmente...*

— *Não, assim não pode ser. Cantar sem a titulação devida é um desrespeito à ordem.*

E os urubus, em uníssono, expulsaram da floresta os passarinhos que cantavam sem alvarás...

MORAL: *"Em terra de urubus diplomados não se houve canto de sabiá."*

Num primeiro momento apresentariamos o texto à turma prevista, no caso poderia ser do ensino fundamental, sétimo ano, afinal é neste período que os alunos começam a ver tais questões sintáticas. Lido o texto passaríamos a debater a respeito da história, sobre a moral que ela apresenta, e como relacionam a vida deles com tudo isso. Voltariamos um pouco para a língua materna e algumas concepções errôneas que se difundem como verdades absolutas, pois se formos refletir todos conhecemos nossa língua, então por que há uma disciplina para ensinar o que já se sabe? Em que prisma se estabelecem os objetivos das aulas? Essas questões seriam colocadas em pauta e delineadas a partir de uma língua viva, voltada ao contexto social a que ela se insere.

Feita a leitura seria realizado um debate sobre as questões que o texto aborda; o mediador da aula suscitará a discussão levantando novas hipóteses para que a conversa aborde alguns aspectos importantes. Além da moral da história, a qual pode ser associada à vida cotidiana na sociedade, que impõe certos comportamentos, pode ser contemplada a questão da língua, levando em conta que esta é nosso instrumento de comunicação, visto que nos acompanha desde o nascimento, e a deprendemos de forma natural pela necessidade de comunicação. O ato de comunicar surge da mesma forma que os pintassilgos cantam sem ter diploma algum.

Mas se conhecemos a língua desde o nascimento, por que ter aulas sobre este assunto? Devemos pensar nos objetivos que a disciplina pretende alcançar; simplesmente negar o conhecimento que cada um detém sobre o assunto não faz sentido, o que se pretende é aprimorar e ampliar o domínio da língua materna, trazendo para sala de aula a concepção de inadequação e não de erro. Realizada a discussão proporíamos um roteiro com perguntas para serem respondidas dissertativamente:



- a) O texto conta uma pequena história, ele fala sobre o quê?
- b) Como podemos relacionar a história com nosso dia a dia?
- c) O texto começa com a palavra *tudo*, a que diz respeito esse *tudo*?
- d) O que aconteceu numa terra distante, no tempo em que os bichos falavam?
- e) A quem o termo *isto* (3ª linha) se refere?
- f) Os verbos *fundaram*, *importaram*, *gargarejavam*, *mandaram*, *fizeram* se referem a quem?
- g) Quem são *eles* mencionado no terceiro parágrafo?
- h) Segundo o texto, o que fizeram os velhos urubus?
- i) Quem são as pobres aves de acordo com a sequência textual?
- j) Quem não havia passado por escolas de canto?
- k) Quem são os passarinhos que foram expulsos? De onde eles tiveram de sair?

Após os alunos responderem às questões e feita a correção seriam realizadas algumas relações entre o sujeito e verbo, com exemplos do texto, como no caso dos verbos *fundaram*, *importaram*, *gargarejavam*, *mandaram*, *fizeram*, e a quem eles estão se referindo, pois verificando a sequência textual é possível visualizar que tais palavras dizem respeito aos urubus, ou seja, fala-se nos urubus, que nesta construção representam o sujeito. A partir dessa constatação passaríamos a abordagem do sujeito em uma construção, falaríamos também sobre as possibilidades de aparecer em um texto e como identificá-lo, fazendo relação com outros elementos geradores de sentido.

Em seguida, sugeriríamos que, para fundamentar o que constataram, fizessem pesquisas em diferentes gramáticas, com o intuito de formularem um conceito de sujeito e observar suas possíveis classificações. O fechamento da pesquisa seria levado ao grande grupo e assim todos demonstrariam suas conclusões.

5. Conclusão

O presente trabalho teve por objetivo demonstrar a possibilidade de um ensino de língua contextualizado, em que haja interação entre as pessoas envolvidas nele. Pensando que a escola é um ambiente onde os conhecimentos devem ser abstraídos e transpassados para vida social, no caso o ensino da norma padrão da língua em uso, é que nossa proposta se fundamenta, com objetivos reais e efetivos.

Este estudo tenta comprovar que não basta mostrar as regras a fim de simples decoreba, é preciso fazer com que o estudante reflita, questione e veja se é possível e verdadeiro o que está



aprendendo, afinal, é a partir dessas reflexões que se constrói o conhecimento. Buscamos desenvolver a análise do papel semântico do sujeito atuando em diferentes textos, o que reforçou a hipótese inicial de que, para tanto, tal estudo precisa ser realizado através de textos, a partir de sua diversidade de gêneros textuais. Sendo o texto o alicerce, haverá suporte para que o aluno reconheça o sujeito e suas funções, na medida em que atua em um discurso.

Ao aluno caberá formular suas hipóteses sobre o uso da língua, fazendo uso destas na construção de sentido via suas leituras e produções (orais/escritas). Pois, com certeza, suas experiências nesse campo não serão fragmentadas, como geralmente se trabalha em sala de aula, e sim o conhecimento será utilizado em conjunto. Não basta saber o que é sujeito, antes disso é preciso identificar que é verbo e assim sucessivamente, afinal, estas são habilidades linguísticas, que deveriam ser adquiridas ao longo do período escolar, através de propostas com sentido efetivo.

6. Referências

- ALVES, Rubem. *Estórias de quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez, 1984.
- ANTUNES, Irandé. *Aula de português encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire. *La dénomination dans le français parlé*. In: *Recherches sur le français parlé 6*. França: Université de Provence, 1984.
- FILLMORE, Charles J.. *Gramática de Caso*. New York: Rinehard and Winston, 1968.
- KOCH, Ingedore G. V.. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2009.
- KOCH, Ingedore G. V.. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUFT, Celso Pedro. *Novo Manual de português*. São Paulo: Globo, 1991.
- LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade*. Porto Alegre: L& PM, 1985.
- DIONÍSIO, Ângela P. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem*. São Paulo: 2002, p. 2-54.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) estudar gramática na escola*. São Paulo: Mercado das Letras, 8ª edição, 2002.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. São Paulo: Cortez, 2003.
- VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 6ª edição, 1998.